



**Câmara Municipal de Conceição de Macabu - RJ - Conceicao de Macabu - RJ**

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



000317

**COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 12021/06/10000317**

<b>Número / Ano</b>	000317/2021	C.M.C.M. Pág.: 02
<b>Data / Horário</b>	10/06/2021 - 10:57:06	Rubrica: <i>Thais</i>
<b>Ementa</b>	Dispõe sobre alteração do regime de trabalho do agente fiscal de posturas. Art. 32 da Lei 1554/18, e dá outras providências.	
<b>Autor</b>	Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu - Prefeito	
<b>Natureza</b>	Legislativo	
<b>Tipo Matéria</b>	Projeto de Lei Ordinária	
<b>Número Páginas</b>	1	
<b>Número da Matéria</b>	40	
<b>Emitido por</b>	Thais	

**LIDO**  
*10/06/21*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU**  
**GABINETE DO PREFEITO**

C.M.C.M.
Pág.: <u>03</u>
Rubrica: <u>mls</u>

**MENSAGEM Nº 19/2021**

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente e Edis Pares,

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente, para submeter à elevada consideração de Vossas Excelências o PROJETO DE LEI Nº 19/2021, que dispõe sobre alteração do art. 32 da Lei 1554/18, no que tange a jornada de trabalho do agente fiscal de postura, e dá outras providências.

Ao submeter o Projeto à apreciação dessa Egrégia Casa, estamos certos de que os Senhores Vereadores saberão aperfeiçoá-lo e, sobretudo, reconhecer o grau de prioridade à sua aprovação, razão pela qual, solicito a tramitação da matéria com URGÊNCIA. Cumpre salientar que se trata de medida necessária a Municipalidade, sendo de grande valia para nosso Município, em especial, aos servidores públicos.

Aproveito a oportunidade para reiterar as Vossas Excelências os protestos de elevado apreço e consideração.

Gabinete do Prefeito, 02 de junho de 2021.

  
**VALMIR TAVARES LESSA**  
**- Prefeito Municipal -**

Câmara Municipal de  
Conceição de Macabu  
PROTOCOLO GERAL  
Nº 453/21  
Ass: [assinatura]  
Com 08/06/21



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU**  
**GABINETE DO PREFEITO**

C.M.C.M.  
Pág.: 04  
Rubrica: *Enves*  
~~APROVADO POR UNANIMIDADE~~  
~~24/06/21~~  
PRESIDENTE

*Rejeitado por 8 votos contra  
e 2 a favor em 24/06/21*

**PROJETO DE LEI 19/2021.**

**DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO REGIME DE  
TRABALHO DO AGENTE FISCAL DE  
POSTURAS. ART. 32 DA LEI 1554/18, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Conceição de Macabu **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Conceição de Macabu, por seus representantes legais, aprova e ele sanciona a seguinte:

**LEI:**

**Art. 1º.** Fica o cargo de fiscal de posturas excluído do rol taxativo, contido no art. 32 inciso I da Lei 1554/18.

**Art. 2º** - Fica o cargo de fiscal de posturas, inserido no rol taxativo, contido no art. 32 inciso VII da Lei 1554/18, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 32 inciso VII da Lei 1554/18 – Em regime de 24 (vinte e quatro) horas por 72 (setenta e duas horas) copeiro, cozinheiro, motorista, recepcionista, auxiliar de serviços gerais e servente plantonista do Hospital Ana Moreira; cuidador plantonista; guarda municipal plantonista; agende de defesa civil; auxiliares de serviços gerais na função de maqueiro e fiscal de posturas.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com vigência enquanto durar a pandemia do Covid-19.

Gabinete do Prefeito, 02 de junho de 2021.

**VALMIR TAVARES LESSA**  
**- Prefeito Municipal -**





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU**  
**GABINETE DO PREFEITO**

C.M.C.M.	
Pág.:	05
Rubrica:	pnles

**JUSTIFICATIVA**

Conceição de Macabu/RJ, 02 de junho de 2021.

Senhor Presidente,

Egrégia Câmara Municipal de Conceição de Macabu,

Através dessa mensagem, temos a grata honra de encaminhar à nobre Casa Legislativa o projeto de lei que dispõe sobre alteração do art. 32 da Lei 1554/18, no que tange a jornada de trabalho do agente fiscal de postura.

Inicialmente, cumpre informar, que o presente projeto de Lei, fora formulado em atenção ao processo administrativo nº 3550/21, em que à ilustre Diretora do Departamento de Tributos, narra em breve síntese, a dificuldade de adaptar a jornada de trabalho dos agentes fiscal de posturas, que possuem carga horário semanal de quarenta horas, sendo oito horas por dia, a necessidade de trabalho, sobretudo a fiscalização que precisa ser realizada em conjunto com à Guarda Municipal.

Dessa forma, após análise criteriosa do Poder Executivo, concluiu-se pela necessidade de alterar o regime da jornada de trabalho do agente fiscal de posturas, deixando-se de aplicar a norma atualmente prevista no inciso I do art. 32 da Lei 1554/18 (quarenta horas semanais) adotando-se assim, a norma estabelecida no inciso VII da Lei 1554/18, quanto ao regime de plantão de 24x72 horas.

Importante destacar, que a presente alteração de regime de trabalho, visa essencialmente trazer melhorias ao exercício das funções inerentes ao cargo de fiscal de posturas, possibilitando assim, o exercício em conjunto com à Guarda Municipal, que já possui jornada de trabalho em sistema de regime de plantão de 24/72. Nesse contexto, observa-se que a presente alteração encontra-se arrimo no princípio constitucional da eficiência, insculpido no artigo 37 da Constituição Federal.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU**  
**GABINETE DO PREFEITO**

C.M.C.M
Pág.: <span style="float: right; font-size: 1.2em;">06</span>
Rubrica: <span style="float: right; font-family: cursive;">Dnls</span>

Ademais, a alteração de jornada de trabalho do agente fiscal de posturas, fará com que a administração deixe de efetuar sucessivos pagamentos de horas extras, tendo em vista que a jornada de trabalho do referido servidor, passará a ser de 24 horas consecutivas de trabalho, e não mais limitada a oito horas diárias, como estabelece a atual norma legal. Sendo assim, por consequência, verifica-se que haverá diminuição de despesas com o pessoal, em consonância ao que dispõe o princípio da economicidade, e ainda, em observância ao que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, especificamente quanto ao limite de despesas com servidores.

Por fim, destaca-se ainda, que o presente projeto de lei, encontra-se amparado no princípio constitucional do interesse público, uma vez que tem como escopo, realização melhorias no funcionamento da máquina pública, com consequente melhoramento do exercício das funções de fiscalização, atendimento à população, de forma mais econômica.

Na certeza de contar com a diligência para a aprovação desta matéria de relevante interesse público e administrativo, encaminhamos o respectivo projeto solicitando que essa Egrégia Casa de Leis proceda à análise e aprovação do mesmo **EM CARÁTER DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA**.

Por derradeiro, reitero a V. Ex<sup>a</sup> nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

  
**VALMIR TAVARES LESSA**  
**- Prefeito Municipal -**

ENCERRADO A SECRETARIA

JORGE LUIZ SILVA ANDRADE  
PRESIDENTE08  
06  
21





**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.**

**PROJETO DE LEI Nº 40/2021 “DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO REGIME DE TRABALHO DO AGENTE DE POSTURA. ART. 32 DA LEI 1554/18 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o Processo Legislativo, o qual é integrado pelo nosso Município”. **PARECER DO RELATOR:**

Primeiramente é pertinente esclarecermos que é dessa Comissão a competência de análise do projeto de lei apresentado, eis que originariamente lhe fora atribuída essa função, conforme preconiza o artigo 79 do Regimento Interno desta casa legislativa.

Após análise do citado projeto de lei, constatou-se que o mesmo está em consonância com as regras que regem a legalidade e dentro dos conceitos constitucionais, sendo que a matéria guarda pertinência com as prerrogativas do Executivo Municipal.

Diante do exposto, tem-se que referido Projeto de Lei está de acordo com a Lei Orgânica do Município e obedece as técnicas Jurídicas e Legislativas, razão pela qual opino no sentido de que o parecer desta **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**, seja pela **aprovação** do Projeto de Lei n. 040/2021, apresentado pelo Poder Executivo do Município de Conceição de Macabu – RJ.

**CONCLUSÃO DA COMISSÃO:**

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, amparado pelo artigo 79 do Regimento Interno, diante dos aspectos que cumpre a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação analisar não existem óbices à aprovação do Projeto de Lei nº 040/2021, haja vista que os preceitos constitucionais, legais e regimentais foram observados, razão pela qual opinamos pela sua **aprovação, sem emendas.**

*bmC*

**Relator:** Lucas Madureira Pereira

(X) Voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 040/2021.

*[Assinatura]*

**Presidente:** Sandro de Oliveira Daumas (X) Pelas *conclusões* do relator



  
**Membro:** Carlos Augusto Paula Barbosa ☒ Pelas *conclusões* do relator

**VOTOS DIVERGENTES:** nenhum.

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVO DA DIVERGÊNCIA:** nenhuma

**FAVORÁVEIS OS VEREADORES:** Lucas Madureira Pereira, Sandro de Oliveira Daumas, Carlos Augusto Paula Barbosa.

**FAVORÁVEIS COM RESTRIÇÃO OS VEREADORES:** nenhum

**CONTRÁRIOS OS VEREADORES:** nenhum

**EMENTA DO PARECER:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 040/2021, por unanimidade de votos.

Câmara de Vereadores de Conceição de Macabu, RJ, 13:00 horas, em 16/06/2021.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU  
Gabinete da Presidência

C.M.C.M.
Pág.: 10
Rubrica: <i>Benito</i>
<b>CÓPIA</b>

Ofício GP nº 163/2021

Conceição de Macabu, 08 de junho de 2021.

**Assunto: Rejeição do PLO 40/2021 – Poder Executivo**

Ao Prefeito de Conceição de Macabu  
Exmº Sr. Valmir Tavares Lessa

Excelentíssimo Sr. Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente, para informar a Vossa Excelência, que o Projeto de Lei (PLO) nº 40/2021, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre alteração do regime de trabalho do agente fiscal de posturas. Art. 32 da Lei 1558/18, e dá outras providências", protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 08/06/2021, foi **REJEITADO**, por 8 votos contra e 2 a favor, na reunião ordinária de 24/06/2021.

Manifestando a Vossa Excelência protestos de elevada e estima consideração, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Jorge Luiz da Silva Andrade**  
(Dhal)  
**Presidente da Câmara**  
**Biênio 2021/2022**

Prefeitura Municipal de Conc. De Macabu	
PROTOCOLO GERAL	
Nº	1831/21
Em	25/06/21
Ass:	<i>no</i>